

# Boletim do Trabalho e Emprego

# 42

1.ª SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Emprego e da Segurança Social

Preço 30\$00

BOL. TRAB. EMP.	1.ª SÉRIE	LISBOA	VOL. 54	N.º 42	P. 1621-1632	15 - NOVEMBRO - 1987
-----------------	-----------	--------	---------	--------	--------------	----------------------

## ÍNDICE

### Regulamentação do trabalho:

#### Portarias de extensão:

	Pág.
— PE das alterações aos CCT entre a ANCAVE — Assoc. Nacional dos Centros de Abate e Ind. Transformadoras de Carnes de Aves e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre a mesma associação patronal e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços .....	1623
— PE das alterações aos CCT entre a Assoc. Nacional dos Industriais de Lacticínios e várias cooperativas e uniões de cooperativas de produtores de leite e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, entre a mesma associação patronal, cooperativas e uniões de cooperativas e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros e ainda entre a mesma associação, cooperativas e uniões de cooperativas e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços .....	1623
— PE do CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Curtumes e o Sind. dos Operários da Ind. de Curtumes do Dist. do Porto e outro e suas posteriores alterações e do CCT entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e suas posteriores alterações .....	1624
— PE do CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Curtumes e o Sind. Nacional dos Operários da Ind. de Curtumes e Oficinas Correlativas do Dist. de Santarém e suas posteriores alterações e do CCT entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e suas posteriores alterações .....	1625
— PE das alterações ao CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Carnes do Porto e outros e o Sind. do Norte dos Trabalhadores em Carnes .....	1626
— PE das alterações ao CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Carnes do Dist. de Braga e o Sind. do Norte dos Trabalhadores em Carnes .....	1627
— PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Comercial de Aveiro e outras e o Sind. do Norte dos Trabalhadores em Carnes .....	1627
— PE do CCT entre a Assoc. Portuguesa de Empresários de Espectáculos e outra e o Sind. dos Trabalhadores de Espectáculos .....	1628
— Aviso para PE das alterações aos CCT entre a Assoc. Livre dos Industriais pelo Frio e a Feder. dos Sind. das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros e entre a mesma associação patronal e o SINDEPESCAS — Sind. Democrático das Pescas .....	1629
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Portuguesa das Agências de Publicidade e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros .....	1629
— Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Nacional dos Ind. de Madeira e a Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros (formas de madeira para calçado) .....	1630

**Convenções colectivas de trabalho:**

Pág.

— CCT entre a Assoc. Comercial de Viana do Castelo e outras e o Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Dist. de Viana do Castelo — Alteração salarial e outras .....	1630
— Acordo de adesão entre a Assoc. das Ind. de Painéis de Madeira e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços ao CCT entre a mesma associação patronal e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros .....	1631

---

**SIGLAS**

**CCT** — Contrato colectivo de trabalho.  
**ACT** — Acordo colectivo de trabalho.  
**PRT** — Portaria de regulamentação de trabalho.  
**PE** — Portaria de extensão.  
**CT** — Comissão técnica.  
**DA** — Decisão arbitral.  
**AE** — Acordo de empresa.

**ABREVIATURAS**

**Feder.** — Federação.  
**Assoc.** — Associação.  
**Sind.** — Sindicato.  
**Ind.** — Indústria.  
**Dist.** — Distrito.

# REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

## PORTARIAS DE EXTENSÃO

**PE das alterações aos CCT entre a ANCAVE — Assoc. Nacional dos Centros de Abate e Ind. Transformadoras de Carnes de Aves e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre a mesma associação patronal e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços.**

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 24, de 29 de Junho de 1987, foram publicados os CCTs celebrados entre a ANCAVE — Associação Nacional dos Centros de Abate e Indústrias Transformadoras de Carnes de Aves e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre a mesma associação patronal e a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços.

Considerando que as referidas convenções apenas se aplicam às relações de trabalho cujos titulares sejam representados pelas entidades outorgantes;

Considerando a existência de relações de trabalho desprovidas de regulamentação actualizada e a necessidade de uniformizar, na medida do possível, as condições de trabalho no sector de actividade em causa;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do aviso aí previsto no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 25, de 29 de Junho de 1987, ao qual não foi deduzida oposição;

Tendo sido dado cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Emprego e da Segurança Social, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, o seguinte:

### Artigo 1.º

1 — A regulamentação constante dos CCTs celebrados entre a ANCAVE — Associação Nacional dos Centros de Abate e Indústrias Transformadoras de Carnes de Aves e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos

Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre a mesma associação patronal e a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 24, de 29 de Junho de 1987, é tornada aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que, no território do continente, prossigam a actividade económica regulada e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nos referidos contratos, bem como às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais já abrangidas pelas citadas convenções e os trabalhadores ao seu serviço das mesmas profissões e categorias não representados pelas associações sindicais subscritoras das mesmas convenções.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as cláusulas das convenções que violem normas legais imperativas.

### Artigo 2.º

As remunerações tornadas aplicáveis pela presente portaria produzirão efeitos desde 1 de Julho de 1987, podendo os encargos daí resultantes ser satisfeitos em prestações mensais até ao limite de duas.

Ministérios da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Emprego e Segurança Social, 29 de Outubro de 1987. — O Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto*. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Albino da Silva Peneda*.

**PE das alterações aos CCT entre a Assoc. Nacional dos Industriais de Lacticínios e várias cooperativas e uniões de cooperativas de produtores de leite e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, entre a mesma associação patronal, cooperativas e uniões de cooperativas e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros e ainda entre a mesma associação, cooperativas e uniões de cooperativas e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços.**

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 22, de 15 de Junho de 1987, foram publicados os CCTs celebrados entre a Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios, a União das Cooperativas de

Produtores de Leite de Entre Douro e Minho, a PROLEITE — Cooperativa Agrícola de Produtores de Leite do Centro Litoral, S. C. R. L., e a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escri-

tório e Serviços, entre as mesmas associação e sociedades cooperativas e a FETESE — Federação dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre as mesmas associação e sociedades cooperativas e a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos dos Trabalhadores de Comércio, Escritório e Serviços.

Considerando que as referidas convenções apenas são aplicáveis às relações de trabalho cujos titulares as tenham outorgado, no caso das sociedades cooperativas, ou sejam representados pelas associações patronais e sindicais outorgantes;

Considerando a existência, no sector de actividade em causa, de relações de trabalho desprovidas de regulamentação actualizada e a necessidade de uniformizar, na medida do possível, as condições de trabalho no referido sector;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do aviso aí previsto no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 26, de 15 de Julho de 1987, ao qual não foi deduzida qualquer oposição;

Tendo sido dado cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Emprego e da Segurança Social, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, o seguinte:

#### Artigo 1.º

1 — A regulamentação constante dos CCTs celebrados entre a Associação Nacional dos Industriais de Lactínios, a União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho, a PROLEITE — Cooperativa Agrícola de Produtos de Leite do Centro Litoral, S. C. R. L., e a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Ser-

viços, entre as mesmas associação e sociedades cooperativas e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre as mesmas associação patronal e sociedades cooperativas e a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritório e Serviços, todos publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 22, de 15 de Junho de 1987, é tornada aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que na área das convenções prossigam a actividade económica regulada e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais neles previstas, bem como às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais já abrangidas pelos referidos contratos e trabalhadores ao seu serviço, das mesmas profissões e categorias profissionais, não representados pelas associações sindicais signatárias.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as cláusulas das convenções que violem normas legais imperativas.

#### Artigo 2.º

As remunerações tornadas aplicáveis pela presente portaria produzirão efeitos desde 1 de Julho de 1987, podendo os encargos daí resultantes ser satisfeitos em prestações mensais, sucessivas e de igual montante, até ao limite de duas.

Ministérios da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Emprego e Segurança Social, 29 de Outubro de 1987. — O Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto*. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Albino da Silva Peneda*.

### **PE do CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Curtumes e o Sind. dos Operários da Ind. de Curtumes do Dist. do Porto e outro e suas posteriores alterações e do CCT entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e suas posteriores alterações.**

Entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e o Sindicato dos Operários da Indústria de Curtumes do Distrito do Porto e outro foi celebrado um CCT, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 20, de 29 de Maio de 1986, objecto de alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 25, de 8 de Julho de 1987.

Entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cêramica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química (em representação do SINDEQ — Sindicato Democrático da Química) foi celebrado outro CCT, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 24, de 29 de Junho de 1984, objecto de alterações publicadas no *Bo-*

*letim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 24, de 29 de Junho de 1986, e 26, de 15 de Julho de 1987.

Considerando que ficam apenas abrangidos pelas referidas convenções as entidades patronais inscritas na associação patronal outorgante e os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes;

Considerando a existência de entidades patronais do sector de actividade regulado pelas convenções, não filiadas na associação patronal outorgante, que têm ao seu serviço trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções, bem como de trabalhadores não representados pelas associações signatárias das mesmas que se encontram ao serviço de

entidades patronais inscritas na associação patronal outorgante;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pela publicação de aviso para PE no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1987, e devidamente ponderada a oposição deduzida;

Manda o Governo da República Portuguesa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelos Ministros da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social, o seguinte:

#### Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes do CCT entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e o Sindicato dos Operários da Indústria de Curtumes do Distrito do Porto, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 20, de 29 de Maio de 1986, e das suas posteriores alterações, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 25, de 8 de Julho de 1987, bem como as constantes do CCT entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química (em representação do SINDEQ — Sindicato Democrático da Química), publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 24, de 29 de Junho de 1984, e das suas posteriores alterações, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 24, de 29 de Ju-

nho de 1986, e 26, de 15 de Julho de 1987, são tornadas extensivas:

- a) A todas as entidades patronais que, não estando inscritas na associação patronal outorgante, prossigam, nos distritos do Porto, Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança, a actividade económica regulada nas convenções e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- b) A todos os trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não representados pelas associações sindicais outorgantes ao serviço das entidades patronais inscritas na associação patronal signatária.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as disposições que violem normas legais imperativas.

#### Artigo 2.º

As tabelas salariais tornadas aplicáveis pela presente portaria produzirão efeitos desde 1 de Agosto de 1987, podendo o acréscimo de encargos resultante da retroactividade ser satisfeito em duas prestações mensais.

Ministérios da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social, 30 de Outubro de 1987. — O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Albino da Silva Peneda*.

### **PE do CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Curtumes e o Sind. Nacional dos Operários da Ind. de Curtumes e Ofícios Correlativos do Dist. de Santarém e suas posteriores alterações e do CCT entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e suas posteriores alterações.**

Entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Curtumes e Ofícios Correlativos do Distrito de Santarém foi celebrado um CCT, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 26, de 15 de Julho de 1984, objecto de alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 25, de 8 de Julho de 1987.

Entre a mesma associação patronal e o FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química (em representação do SINDEQ — Sindicato Democrático da Química) foi celebrado outro CCT, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 24, de 29 de Junho de 1984, objecto de alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 24, de 29 de Junho de 1986, e 26, de 15 de Julho de 1987.

Considerando que ficam apenas abrangidos pelas referidas convenções as entidades patronais inscritas na

associação patronal outorgante e os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes;

Considerando a existência de entidades patronais do sector de actividade regulado pelas convenções não filiadas na associação patronal outorgante, que têm ao seu serviço trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções, bem como de trabalhadores não representados pelas associações signatárias das mesmas que se encontram ao serviço de entidades patronais inscritas na associação patronal outorgante;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pela publicação de aviso para PE no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1987, ao qual não foi deduzida oposição:

Manda o Governo da República Portuguesa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-

-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelos Ministros da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social, o seguinte:

#### Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes do CCT entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Curtumes e Ofícios Correlativos do Distrito de Santarém, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 26, de 15 de Julho de 1984, e das suas posteriores alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 25, de 8 de Julho de 1987, bem como as constantes do CCT entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química (em representação do SINDEQ — Sindicato Democrático da Química), publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 24, de 29 de Junho de 1984, e das suas posteriores alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 24, de 29 de Junho de 1986, e 26, de 15 de Julho de 1987, são tornadas extensivas:

a) A todas as entidades patronais que não estando inscritas na associação patronal outorgante

prossigam, nos distritos de Santarém, Castelo Branco, Leiria, Lisboa, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro, a actividade económica regulada nas convenções e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;

b) A todos os trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não representados pelas associações sindicais outorgantes ao serviço das entidades patronais inscritas na associação patronal signatária.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as disposições que violem normas legais imperativas.

#### Artigo 2.º

As tabelas salariais tornadas aplicáveis pela presente portaria produzirão efeitos desde 1 de Agosto de 1987, podendo o acréscimo de encargos resultante da retroactividade ser satisfeito em duas prestações mensais.

Ministérios da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social, 30 de Outubro de 1987. — O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Albino da Silva Peneda*.

### PE das alterações ao CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Carnes do Porto e outros e o Sind. do Norte dos Trabalhadores em Carnes

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 18, de 15 de Maio de 1987, foi publicado o CCT celebrado entre a Associação dos Comerciantes de Carnes do Porto e outros e o Sindicato do Norte dos Trabalhadores em Carnes.

Considerando que o referido contrato apenas se aplica às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais e trabalhadores filiados nas organizações outorgantes;

Considerando a existência de regulamentação colectiva específica para a actividade em diversos concelhos do distrito do Porto;

Considerando a existência nos concelhos do Porto, Póvoa de Varzim, Baião, Lousada, Paços de Ferreira, Vila do Conde e Santo Tirso de relações de trabalho desprovidas de regulamentação actualizada e a necessidade de assegurar, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do aviso aí previsto no *Boletim do Tra-*

*balho e Emprego*, 1.ª série, n.º 32, de 29 de Agosto de 1987, ao qual não foi deduzida oposição:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros do Emprego e da Segurança Social e do Comércio e Turismo, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, o seguinte:

#### Artigo único

1 — A regulamentação constante do CCT celebrado entre a Associação dos Comerciantes de Carnes do Porto e outros e o Sindicato do Norte dos Trabalhadores em Carnes, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 18, de 15 de Maio de 1987, é tornada aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que nos concelhos do Porto, Póvoa de Varzim, Baião, Lousada, Paços de Ferreira, Vila do Conde e Santo Tirso prossigam a actividade económica regulada e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias previstas, bem como às relações

de trabalho estabelecidas entre entidades patronais já abrangidas pela convenção e trabalhadores ao seu serviço, das mesmas profissões e categorias, não filiados no sindicato outorgante.

2 — A tabela salarial tornada aplicável pela presente portaria produzirá efeitos a partir de 1 de Agosto de 1987, podendo os encargos daí resultantes ser satisfi-

tos em prestações mensais de igual montante, até ao limite de três.

Ministérios do Comércio e Turismo e do Emprego e da Segurança Social, 2 de Novembro de 1987. — O Ministro do Comércio e Turismo, *Joaquim Martins Ferreira do Amaral*. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Albino da Silva Peneda*.

---

### **PE das alterações ao CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Carnes do Dist. de Braga e o Sind. do Norte dos Trabalhadores em Carnes**

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 27, de 22 de Julho de 1987, foi publicado o CCT celebrado entre a Associação dos Comerciantes de Carnes do Distrito de Braga e o Sindicato do Norte dos Trabalhadores em Carnes.

Considerando que o referido contrato apenas se aplica às relações de trabalho cujos sujeitos sejam filiados nas organizações outorgantes;

Considerando a existência na área da convenção de relações de trabalho desprovidas de regulamentação actualizada e a necessidade de assegurar, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do aviso aí previsto no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 32, de 29 de Agosto de 1987, ao qual não foi deduzida oposição:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros do Emprego e da Segurança Social e do Comércio e Turismo, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, o seguinte:

#### **Artigo único**

1 — A regulamentação constante do CCT celebrado entre a Associação dos Comerciantes de Carnes do Dis-

trito de Braga e o Sindicato do Norte dos Trabalhadores em Carnes, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 27, de 22 de Julho de 1987, é tornada aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que no distrito de Braga prosigam a actividade económica regulada e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nele previstas, bem como às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais já abrangidas pela convenção e trabalhadores ao seu serviço, das mesmas profissões e categorias, não filiados no sindicato outorgante.

2 — A tabela salarial tornada aplicável pela presente portaria produzirá efeitos a partir de 1 de Agosto de 1987, podendo os encargos daí resultantes ser satisfeitos em prestações mensais de igual montante, até ao limite de três.

Ministérios do Comércio e Turismo e do Emprego e da Segurança Social, 2 de Novembro de 1987. — O Ministro do Comércio e Turismo, *Joaquim Martins Ferreira do Amaral*. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Albino da Silva Peneda*.

---

### **PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Comercial de Aveiro e outras e o Sind. do Norte dos Trabalhadores em Carnes**

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 28, de 29 de Julho de 1987, foi publicado o CCT celebrado entre a Associação Comercial de Aveiro e outras e o Sindicato do Norte dos Trabalhadores em Carnes.

Considerando que o referido contrato apenas se aplica às relações de trabalho cujos sujeitos sejam filiados nas organizações outorgantes;

Considerando a existência na área da convenção de relações de trabalho desprovidas de regulamentação ac-

tualizada e a necessidade de assegurar na medida do possível a uniformização das condições de trabalho;

Considerando, ainda, a existência no distrito de Aveiro de um concelho em que a actividade económica em causa carece de enquadramento associativo;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do aviso aí previsto no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 32, de 29 de Agosto de 1987:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros do Emprego e da Segurança Social e do Comércio e Turismo, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, o seguinte:

#### Artigo 1.º

1 — A regulamentação constante do CCT celebrado entre a Associação Comercial de Aveiro e outras e o Sindicato do Norte dos Trabalhadores em Carnes, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 28, de 29 de Julho de 1987, é tornada aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que nos concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Feira, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, São João da Madeira e Sever do Vouga (do distrito de Aveiro), Vila Nova de Gaia, Gondomar, Marco de Canaveses, Ama-

rante, Valongo, Matosinhos, Maia, Paredes, Felgueiras e Penafiel (do distrito do Porto), Monção e Melgaço (do distrito de Viana do Castelo) e no distrito de Bragança prossigam a actividade económica regulada e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas, bem como às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais já abrangidas pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das mesmas profissões e categorias, não filiados no sindicato outorgante.

2 — A regulamentação referida no número anterior é, também, tornada aplicável às relações de trabalho existentes no concelho de Vale de Cambra (distrito de Aveiro), entre entidades patronais que prossigam a actividade regulada e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais nele previstas.

#### Artigo 2.º

A tabela salarial tornada aplicável pela presente portaria produzirá efeitos desde 1 de Agosto de 1987, podendo os encargos daí resultantes ser satisfeitos em prestações mensais, de igual montante, até ao limite de três.

Ministérios do Comércio e Turismo e do Emprego e da Segurança Social, 2 de Novembro de 1987. — O Ministro do Comércio e Turismo, *Joaquim Martins Ferreira do Amaral*. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Albino da Silva Peneda*.

### PE do CCT entre a Assoc. Portuguesa de Empresários de Espectáculos e outra e o Sind. dos Trabalhadores de Espectáculos

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 38, de 15 de Outubro de 1986, foi publicado o CCT celebrado entre a Associação Portuguesa dos Empresários de Espectáculos e outra e o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos.

Considerando que o referido contrato apenas se aplica às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações outorgantes;

Considerando a existência de relações de trabalho não abrangidas pela referida convenção e a necessidade de uniformizar, na medida do possível, as condições de trabalho na actividade económico-profissional em causa;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do aviso aí previsto no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 46, de 15 de Dezembro de 1986, ao qual não foi deduzida oposição;

Tendo sido dado cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Emprego e da Segurança Social e pelo

Secretário de Estado da Cultura, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, o seguinte:

#### Artigo 1.º

A regulamentação constante do CCT celebrado entre a Associação Portuguesa dos Empresários de Espectáculos a Associação dos Restaurantes e Similares do Centro/Sul de Portugal e o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 38, de 15 de Outubro de 1986, é tornada aplicável:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na Associação Portuguesa dos Empresários de Espectáculos que no continente prossigam actividades estatutariamente enquadáveis no âmbito de representação da referida associação patronal e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção;



- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na Associação dos Restaurantes e Similares do Centro/Sul de Portugal que nos distritos de Beja, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Leiria, Guarda, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal, pelas actividades prosseguidas, possam filiar-se nesta associação patronal e trabalhadores ao seu serviço das mesmas profissões e categorias profissionais;
- c) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais signatárias e trabalhadores ao seu serviço, das mesmas profissões e categorias não representados pelo sindicato outorgante.

## Artigo 2.º

A tabela salarial tornada aplicável pela presente portaria produz efeitos desde 1 de Novembro de 1986, podendo os encargos daí resultantes ser satisfeitos em prestações mensais de igual montante até ao limite de três.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Emprego e da Segurança Social, 3 de Novembro de 1987. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Albino da Silva Penedo*. — A Secretária de Estado da Cultura, *Maria Teresa Pinto Basto Gouveia*.

---

### **Aviso para PE das alterações aos CCT entre a Assoc. Livre dos Industriais pelo Frio e a Feder. dos Sind. das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros e entre a mesma associação patronal e o SINDEPESCAS — Sind. Democrático das Pescas.**

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a eventual extensão das disposições constantes do CCT celebrado entre a Associação Livre dos Industriais pelo Frio e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros — Alteração salarial e outra, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1987, e do CCT entre a mesma associação patronal e o SINDEPESCAS — Alteração salarial e outra, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 32, de 29 de Agosto de 1987, a todas as entidades patronais do mesmo sector económico que, não estando inscritas na associação patronal outorgante, exerçam a sua actividade no território nacional e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não filiados nos sindicatos outorgantes ao serviço de entidades patronais filiadas na associação patronal signatária.

---

### **Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Portuguesa das Agências de Publicidade e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros**

Nos termos do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a emissão, ao abrigo do n.º 1 do citado preceito e diploma, de uma PE da convenção mencionada em epígrafe, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 39, de 22 de Outubro de 1987, por forma a torná-la extensiva na sua área de aplicação a todas as entidades patronais que, não estando filiadas na associação patronal outorgante, exerçam a actividade económica por ela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas, bem como por trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não inscritas nas associações sindicais outorgantes que se encontrem ao serviço de entidades patronais inscritas na associação patronal signatária.

**Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Nacional dos Ind. de Madeira e a Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros (formas de madeira para calçado).**

Nos termos do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma PE das condições de trabalho constantes do CCT mencionado em epígrafe, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 40, de 29 de Outubro de 1987.

A portaria a emitir ao abrigo do n.º 1 do citado preceito e diploma legal tornará a convenção extensiva:

- 1) A todas as entidades patronais que, não estando filiadas na associação patronal outorgante, prossigam nos distritos do Porto, Aveiro, Coimbra, Braga, Viana do Castelo, Lisboa, Santarém, Setúbal, Beja, Faro, Évora, Portalegre, Leiria e na Região Autónoma da Madeira a indústria de fabricação de formas para calçado e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- 2) A todos os trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais, não representados pelas associações sindicais outorgantes, ao serviço das entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante.

Nos termos do n.º 6 do referido artigo 29.º podem os interessados no processo de extensão deduzir oposição fundamentada nos quinze dias seguintes ao da publicação do presente aviso.

## CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

### **CCT entre a Assoc. Comercial de Viana do Castelo e outras e o Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Dist. de Viana do Castelo — Alteração salarial e outras**

Revisão do CCT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 8, de 28 de Fevereiro de 1978, com as alterações publicadas no *Boletins do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 20, de 29 de Maio de 1979, 31, de 22 de Agosto de 1980, 31, de 22 de Agosto de 1981, 32, de 28 de Agosto de 1982; 32, de 29 de Agosto de 1983, 33, de 8 de Setembro de 1984, 33, de 8 de Setembro de 1985, e 33, de 8 de Setembro de 1986.

#### Cláusula 2.ª

##### **Vigência e denúncia**

- 1 — .....
- 2 — As tabelas salariais previstas no anexo III produzem efeitos a partir de 1 de Agosto de 1987, bem como as cláusulas de expressão pecuniária.
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....

#### Cláusula 17.ª

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — As entidades patronais obrigam-se a pagar todas as despesas de alimentação e alojamento dos profissionais de vendas externas que os mesmos sejam obrigados a fazer em consequência do serviço prestado, mediante facturas, podendo optar pelo pagamento de uma importância nunca inferior às abaixo indicadas:  
Pequeno-almoço — 135\$;  
Almoço — 650\$;  
Jantar — 650\$;  
Alojamento — 1790\$.
- 8 — .....
- 9 — .....

- 10 — .....  
 11 — .....  
 12 — .....  
 13 — .....

### ANEXO III

#### Níveis salariais e retribuições certas mínimas mensais

Nível	Vencimentos	
	Grupo I	Grupo II
I .....	39 500\$00	40 550\$00
II .....	38 450\$00	39 850\$00
III .....	37 250\$00	38 650\$00
IV .....	37 050\$00	38 450\$00
V .....	34 900\$00	36 150\$00
VI .....	32 100\$00	33 350\$00
VII .....	31 100\$00	32 350\$00
VIII .....	30 350\$00	31 600\$00
IX .....	25 500\$00	26 800\$00
X .....	25 400\$00	26 550\$00
XI .....	20 650\$00	21 800\$00
XII .....	19 700\$00	20 800\$00
XIII .....	16 900\$00	18 000\$00
XIV .....	15 550\$00	16 650\$00
XV .....	14 450\$00	15 550\$00
XVI .....	13 350\$00	14 450\$00
XVII .....	12 800\$00	13 350\$00

§ único. Os trabalhadores que exerçam as funções de caixa têm direito a um abono para falhas no montante de 1000\$ mensais. Quando por motivo de férias, doença, etc., os referidos profissionais forem substituídos, o subsídio será recebido pelo substituto em relação ao tempo que durar a substituição.

#### 2 — Classificação das empresas por grupos:

- a) São incluídas no grupo I as empresas com menos de doze trabalhadores ou que na média dos últimos três anos tenham pago um mon-

tante de contribuição industrial inferior a 190 000\$;

- b) São incluídas no grupo II as empresas com doze ou mais trabalhadores ou que na média dos últimos três anos tenham pago um montante de contribuição industrial igual ou superior a 190 000\$;

c) .....

Celebrado a 13 de Julho de 1987.

Pela Associação Comercial de Viana do Castelo:

*João José Roriz M. Carneiro.*  
*Carlos Vieira.*  
*Félix Luís Iglésias Llano.*  
*José Manuel P. Felgueiras.*

Pela Associação Comercial de Ponte de Lima:

*João José Roriz M. Carneiro.*  
*Carlos Vieira.*  
*Félix Luís Iglésias Llano.*  
*José Manuel P. Felgueiras.*

Pela Associação Comercial de Arcos de Valdevez:

*João José Roriz M. Carneiro.*  
*Carlos Vieira.*  
*Félix Luís Iglésias Llano.*  
*José Manuel P. Felgueiras.*

Pela Associação Comercial de Monção e Melgaço:

*João José Roriz M. Carneiro.*  
*Carlos Vieira.*  
*Félix Luís Iglésias Llano.*  
*José Manuel P. Felgueiras.*

Pela Associação Comercial de Valença:

*João José Roriz M. Carneiro.*  
*Carlos Vieira.*  
*Félix Luís Iglésias Llano.*  
*José Manuel P. Felgueiras.*

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo:

*Carlos Alberto Freitas Lourenço.*  
*Ilídio José Lopes Correia.*  
*Antonino Ferreira Dias.*

Depositado em 6 de Novembro de 1987, a fl. 198 do livro n.º 4, com o n.º 368/87, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

**Acordo de adesão entre a Assoc. das Ind. de Painéis de Madeira e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços ao CCT entre a mesma associação patronal e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros.**

Do CCT entre a Associação das Indústrias de Painéis de Madeira e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros.

Ao abrigo do artigo n.º 28 do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, a Associação das Indústrias de Painéis de Madeira, por um lado, e a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalha-

dores de Escritório e Serviços, por outro lado, celebraram o presente acordo de adesão ao CCT acima referido, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 20, de 29 de Maio.

Porto, 28 de Setembro de 1987.

Pela FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

*António Melo C. Mesquita.*

Pela Associação das Indústrias de Painéis de Madeira:

*(Assinatura ilegível.)*

### **Declaração**

Para os devidos efeitos se declara que a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de

Escritório e Serviços representa as seguintes associações sindicais:

Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte (SINDCES/Centro-Norte);

SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio dos Distritos de Vila Real e Bragança;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio e Serviços do Distrito de Viseu.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada por membro do secretariado desta Federação, autenticada com o selo branco em uso.

Porto e Sede da FESINTES, 27 de Outubro de 1987. — Pelo Secretariado, *(Assinatura ilegível.)*

Depositado em 6 de Novembro de 1987, a fl. 198 do livro n.º 4, com o n.º 369/87, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.